



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU-PE
PODER LEGISLATIVO
CASA DE DUARTE COELHO

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS NO QUADRO
PERMANENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU-PE**

CADERNO DE PROVA

Prova : ANALISTA LEGISLATIVO

Data: 15/09/2019

LEIA COM ATENÇÃO

PROVA

Além deste Caderno de Provas, contendo 50 (cinquenta) questões objetivas, você receberá do fiscal de sala, uma folha destinada às respostas das questões objetivas (Folhas de Respostas).

TEMPO

O tempo disponível para realização da prova, incluído o tempo para a marcação da Folha de Respostas, será 03(três) horas:

- Permanência mínima de 01 (uma) hora após o início da prova;
- O candidato poderá levar seu Caderno de Provas 30 (trinta) minutos antes do horário previsto para o término da prova.

É PROIBIDO

Folhear o Caderno de Provas antes da autorização do Fiscal;
Qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
Fazer uso dos sanitários, após o término da prova;
Sair do prédio de aplicação das provas portando a Folha de Respostas, documento oficial para avaliação.

INFORMAÇÕES GERAIS

- Só abra este caderno de provas após ler todas as instruções e, quando for autorizado pelo Fiscal de Sala;
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala, para que sejam tomadas as providências;
- Preencha seus dados pessoais no quadro abaixo;
- Autorizado o início da prova, verifique se este caderno contém 50 questões;
- Todas as questões desta prova são de múltipla escolha, apresentando como resposta uma alternativa;
- Assinale a resposta de cada questão no corpo da prova e, só depois, transfira os resultados para a Folha de Respostas;
- Confira, na sua Folha de Respostas, todos os seus dados impressos, nome, número de inscrição, documento de identidade e data de nascimento;
- Para marcar a Folha de Respostas, utilize caneta esferográfica de cor azul ou preta(material transparente). A marcação é definitiva, não admitindo rasuras e em nenhuma hipótese, ela será substituída;
- Não risque, não amasse, não dobre e não suje a Folha de Respostas, pois isso poderá prejudicá-lo;
- Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião, nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo da prova, cabe exclusivamente ao candidato, interpretar e decidir;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída dos sanitários durante a realização da prova;
- Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado da seleção o candidato que fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e/ou em qualquer outro meio, que não seja a prova ou a Folha de Respostas;
- Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal de sala, obrigatoriamente, sua Folha de Respostas;
- Os 03 (três) últimos candidatos ao terminarem as provas deverão permanecer juntos na sala de provas, sendo liberados somente após os três terem entregado o material utilizado e terem seus nomes registrados na Ata, além de coletadas suas respectivas assinaturas;
- Qualquer tentativa de fraude implicará imediata denúncia à autoridade competente, que tomará as medidas cabíveis com prisão em flagrante dos envolvidos.



Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável

NOME			
INSCRIÇÃO	SALA	IDENTIDADE	ORGAO/UF

PROVA: LÍNGUA PORTUGUESA

O texto a seguir serve de base para as respostas das questões **01** e **02**.

A FADIGA DA INFORMAÇÃO (Fragmento)

Há uma nova doença no mundo: a fadiga da informação. Antes mesmo da Internet, o problema já era sério, tantos e tão velozes eram os meios de informação existentes, trafegando nas asas da eletrônica, da informação, dos satélites. A Internet levou o processo ao apogeu, criando a espécie dos internautas e estourando os limites da capacidade humana de assimilar os conhecimentos e os acontecimentos desse mundo. Pois os instrumentos de comunicação se multiplicam, mas o potencial de captação humana – do ponto de vista físico, mental e psicológico – continua restrito. Então, diante do bombardeio crescente de informações, a reação de muitos tende a tornar-se doentia: ficam estressados, perturbam-se e perdem a eficiência no trabalho.

Já não se trata de imaginar como esse fenômeno possa ocorrer. Na verdade, a síndrome da fadiga da informação está em plena evidência, conforme pesquisa recente nos Estados Unidos, na Inglaterra e em outros países, junto a 1300 executivos. Entre os sintomas da doença apontam-se a paralisia da capacidade analítica, o aumento das ansiedades e das dúvidas, a inclinação para decisões equivocadas e até levianas.

(MARZAGÃO, Augusto. In: DIMENSTEIN, Gilberto. Aprendiz do futuro: cidadania hoje e amanhã. São Paulo: Editora Ática, 1999.)

Questão 01

A partir da leitura do texto, pode-se afirmar que sua principal ideia é:

- a) A quantidade de informações à que somos expostos, que chegou ao máximo com o advento da Internet, tem nos deixado doentes.
- b) Quanto mais aumentam as facilidades de se obter informações, mais doentes estas se mostram, levando-nos ao estresse.
- c) A síndrome da fadiga da informação está em plena evidência, tornando-nos mais capazes, em relação ao potencial de captação cognitiva.
- d) Estresse, perturbação e ineficiência no trabalho são as consequências que atingirão a todos nós, humanos, por estarmos mergulhados numa infindável cascata de informações.
- e) Uma pesquisa recente, feita nos Estados Unidos, na Inglaterra e em outros países, concluiu que há uma nova doença no mundo, comprovada pela OMS.

Questão 02

“Já não se trata de imaginar como **esse fenômeno** possa ocorrer.” O termo em destaque estabelece uma relação de coesão com qual dos termos destacados abaixo?

- a) “Antes mesmo **da Internet**”.
- b) “criando **a espécie dos internautas** e estourando os limites da capacidade humana de assimilar os conhecimentos e os acontecimentos desse mundo.”.
- c) “Há uma nova doença no mundo: **a fadiga da informação**.”.
- d) “**a reação de muitos** tende a tornar-se doentia: ficam estressados, perturbam-se e perdem a eficiência no trabalho.”.
- e) “a reação de muitos tende a tornar-se doentia: ficam estressados, perturbam-se e perdem **a eficiência no trabalho**.”.

Utilize o texto abaixo para responder às questões **03**, **04**, **05**, **06** e **07**.

AS CARIDADES ODIOSAS

Foi uma tarde de sensibilidade ou de suscetibilidade? Eu passava pela rua depressa, emaranhada nos meus pensamentos, como às vezes acontece. Foi quando meu vestido me reteve: alguma coisa se enganchara na minha saia. Voltei-me e vi que se tratava de uma mão pequena e escura. Pertencia a um menino que a sujeira e o sangue interno davam um tom quente de pele. O menino estava de pé no degrau da grande confeitaria. Seus olhos, mais do que suas palavras meio engolidas, informavam-me de sua paciente aflição. Paciente demais. Percebi vagamente um pedido, antes de compreender o seu sentido concreto. Um pouco aturdida eu o olhava, ainda em dúvida se fora a mão da criança o que me ceifara os pensamentos.

- Um doce, moça, compre um doce para mim. Acordei finalmente. O que estivera pensando antes de encontrar o menino? O fato é que o pedido deste pareceu cumular uma lacuna, dar uma resposta que podia servir para qualquer pergunta, assim como uma grande chuva pode matar a sede de quem queria uns goles de água.

Sem olhar pra os lados, por pudor talvez, sem querer espiar as mesas da confeitaria onde possivelmente algum conhecido tomava sorvete, entrei, fui ao balcão e disse com uma dureza que só Deus sabe explicar: um doce para o menino.

De que tinha eu medo? Eu não olhava a criança, queria que a cena, humilhante para mim terminasse logo. Perguntei-lhe: que doce você...

Antes de terminar, o menino disse apontando depressa com o dedo: aquelezinho ali, com chocolate por cima. Por um instante perplexa, eu me recompus

logo e ordenei, com aspereza, à caixeira que o servisse.

- Que outro você quer? Perguntei ao menino escuro. Este, que mexendo as mãos e a boca ainda esperava com ansiedade pelo primeiro, interrompeu-se, olhou-me um instante e disse com delicadeza insuportável, mostrando os dentes: não precisa de outro não. Ele poupava a minha bondade.

- Precisa sim, cortei eu ofegante, empurrando-o para frente. O menino hesitou e disse: aquele amarelo de ovo. Recebeu um doce em cada mão, levantando as duas acima da cabeça, com medo talvez de apertá-los. Mesmo os doces estavam tão acima do menino escuro. E foi sem olhar para mim que ele, mais do que foi embora, fugiu. A caixeira olhava tudo:

- Afinal uma alma caridosa apareceu. Esse menino estava nesta porta há mais de uma hora, puxando todas as pessoas que passavam, mas ninguém quis dar.

Fui embora, com rosto corado de vergonha. De vergonha mesmo? Era inútil querer voltar aos pensamentos anteriores. Eu estava cheia de um sentimento de amor, gratidão, revolta e vergonha. Mas, como se costuma dizer, o Sol parecia brilhar com mais força. Eu tivera a oportunidade de... e para isso fora necessário um menino magro e escuro... E para isso fora necessário que outros não lhe tivessem dado doces.

E as pessoas que tomavam sorvete? Agora, o que eu queria saber com autocrueldade era o seguinte: temera que os outros me vissem ou que os outros não me vissem? O fato é que, quando atravessasse a rua, o que teria sido piedade já se estrangulava sob outros sentimentos. E, agora, sozinha, meus pensamentos voltavam lentamente a ser os anteriores, só que inúteis. (...) (LISPECTOR, Clarice. As caridades odiosas. In: **A descoberta do mundo**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1984. p.380-3.)

Questão 03

“Eu passava pela rua depressa, emaranhada nos meus pensamentos, como às vezes acontece. Foi quando meu vestido me reteve: alguma coisa se enganchara na minha saia.” A partir desse trecho do texto, assinale a alternativa correta:

- Nesse trecho, a narradora fez uso de uma metáfora, ao referir-se ao vestido que se enganchara.
- “O vestido reter” a narradora diz respeito ao fato de que sua roupa estava muito apertada, atrapalhando os seus passos.
- Na construção de “estar emaranhada” em seus pensamentos foi usado o mesmo processo linguístico que em “meu vestido me reteve”: o uso de uma personificação.
- O fato de andar depressa, pelas ruas, fez a narradora se emaranhar em seus pensamentos, e esse emaranhado terminou por levá-la, também, a tropeçar em sua própria saia.

- Andar apressada pela rua, ato não frequente ao dia a dia da narradora, não a levou a se perder em pensamentos. E ser “retida pelo vestido” diz respeito ao fato de algo ou alguém ter tentado impedir seus passos.

Questão 04

Não se pode afirmar, sobre a criança que interpelou a narradora:

- Ela estava tão suja que a cor natural de sua pele ficava mais escurecida.
- Ela amedrontou a narradora, por isso esta se apressou em comprar um doce para ele.
- Ela despertou, na narradora, os sentimentos de gratidão, de revolta e de vergonha.
- Há mais de uma hora, pedia doces às pessoas que eram interpeladas por ela, mas ainda não tinha sido atendida.
- Para ela, receber apenas um doce já era mais do que suficiente, por isso recusou quando a narradora ofereceu outro.

Questão 05

Acerca da transitividade verbal, observe este trecho do texto: “Por um instante perplexa, eu me recompus logo e *ordenei*, com aspereza, à *caixeira* que o servisse.” Os trechos em itálico estabelecem, entre si, uma determinada relação de dependência sintática. Assinale a alternativa abaixo que estabelece um tipo de relação sintática igual ao que se vê nas palavras destacadas:

- Todos aqueles livros pertenciam àquelas meninas tão lindas, tão limpas, tão intocáveis.
- Ela nem quis saber: levantou-se apressadamente e dirigiu-se, sem sequer pestanejar, à primeira casa que surgiu à sua frente.
- Ninguém pode duvidar que todos os que desobedecem à sua mãe e ao seu pai, um dia, terá amargas recompensas por seus feitos.
- Não adianta questionar com aquela moça. Ela passa tardes e noites assistindo às novelas e aos filmes, sem se importar com todos os que transitam ao seu redor.
- Delicadamente, todas as senhoras ali presentes entregaram às crianças, com evidente prazer, os presentes que haviam conseguido coletar para aquela ocasião.

Questão 06

Além de indicar diminutivo, o sufixo (inho/-zinho) é usado, pelos falantes da Língua Portuguesa, com outros significados. Das alternativas abaixo, indique a que apresenta uma explicação adequada para o uso desse sufixo.

- a) Amo muito minha *mãezinha!* (indicação de tamanho)
- b) Uau! Que *vestidinho* lindo! (Indicação de apreço)
- c) Estou com uma *dorzinha* de cabeça há dias. (indicação de carinho)
- d) Pedro não suporta que o chamem de *carequinha*. (indicação de tamanho)
- e) Encontrei um *cabelinho* em minha comida. (indicação de afetividade)

Questão 07

No texto, *As Caridades Odiosas*, predomina a função emotiva da linguagem, porque:

- a) É a linguagem característica das notícias de jornal, do discurso científico, dos textos didáticos ou qualquer texto (oral ou escrito) que privilegie a exposição de conceitos.
- b) É a linguagem comum dos textos líricos, das cartas pessoais, canções de amor, autobiografias, memórias e depoimentos.
- c) O destaque é dado ao código (a língua), numa situação em que, para explicar o código, emprega-se o próprio código.
- d) O emissor procura testar a eficiência do canal de comunicação, tentando prolongar ou não o contato com o receptor ou mesmo fortalecer este canal.
- e) É a função característica dos textos publicitários, também presente em discursos políticos e em sermões religiosos.

O texto a seguir será base para responder às questões **08** e **09**.

“(…) O problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença. Para isso, e também para poder ensinar Língua Portuguesa, a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe uma única forma ‘certa’ de falar — a que se parece com a escrita — e o de que a escrita é o espelho da fala — e, sendo assim, seria preciso ‘consertar’ a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. Essas duas crenças produziram uma prática de mutilação cultural que, além de desvalorizar a forma de falar do aluno, tratando sua comunidade como se fosse formada por incapazes, denota desconhecimento de que a escrita de uma língua não corresponde inteiramente a nenhum de seus dialetos, por mais prestígio que um deles tenha em um dado momento histórico. (BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico**: o que é, como se faz. São Paulo: Edições Loyola, 1999.)

Questão 08

Da leitura do texto, pode-se inferir:

- a) Não é responsabilidade da escola discutir acerca do preconceito linguístico.
- b) Não existe uma única forma ‘certa’ de falar, com base na língua escrita.
- c) A escrita é o espelho da fala. Por isso, falar como se escreve é o ideal.
- d) Há comunidades linguísticas que são incapazes de falar igual ao modo como se escreve.
- e) É objetivo educacional mais amplo de educação enfrentar os preconceitos culturais.

Questão 09

As duas crenças citadas no texto dizem respeito:

- a) Ao problema do preconceito linguístico e ao objetivo educacional.
- b) À Língua Portuguesa e ao problema do preconceito linguístico.
- c) Ao objetivo educacional e à existência de uma única forma certa de falar.
- d) À existência de uma única forma certa de falar e à escrita ser o espelho da fala.
- e) Ao conserto da fala errada do aluno e à escrita ser o espelho da fala.

Questão 10

Observe o aviso abaixo:



(<https://encryptedtbn0.gstatic.com/image?q=tbn:ANd9GcR01IA1SH6UcGfP5LXfpZ6YB23YCa9elbLNd9RNPFtK0cuJB>. Acesso em 29/07/19)

Com base no período composto por subordinação, o aviso contido no texto, será correto afirmar que:

- a) Entre os seus verbos, apresenta uma relação de causa, porque a quebra do produto será o motivo do pagamento.
- b) Entre os seus verbos, apresenta uma relação de consequência, porque a quebra do produto será o resultado do pagamento.

- c) Entre os seus verbos, apresenta uma relação de tempo, porque a quebra do produto será no momento do pagamento.
- d) Entre os seus verbos, apresenta uma relação de proporção, porque a quebra do produto ocorrerá ao mesmo tempo em que o pagamento.
- e) Entre os seus verbos, apresenta uma relação de condição, porque a quebra do produto será a condição para o pagamento ser realizado.

Questão 11

Das alternativas abaixo, a única que apresenta uma oração coordenada que expressa adição é:

- a) A natureza pede socorro, e o ar e as águas continuam sendo poluídos.
- b) Na viagem toda, o rebanho não comeu nem bebeu água.
- c) Os eleitores votam com frequência, e muitos não valorizam seu voto.
- d) Corri, lutei e perdi.
- e) Jamais desistimos e desanimamos diante do primeiro obstáculo!

Questão 12

Em Língua Portuguesa, toda palavra variável, quando associada a um substantivo, deve ser flexionada para se adaptar a ele. A esse fenômeno, dá-se o nome de concordância nominal. Em que alternativa abaixo as regras dessa concordância foram devidamente seguidas?

- a) Gritos e músicas estranhos eram ouvidos no velho casarão.
- b) Paredes e pisos claras tornam os ambientes mais agradáveis.
- c) As cópias vieram anexos ao contrato.
- d) Ontem, bastante alunos realizaram um protesto contra a gestão da escola.
- e) As atletas ficaram bastantes cansadas depois da maratona.

Questão 13

Nas alternativas a seguir, todos os verbos estão devidamente flexionados, exceto:

- a) Mais de um diretor se acusaram pelo fracasso do projeto.
- b) Dentre os moradores, apenas 10% não ligam para a situação precária do condomínio.
- c) O rebanho, repleto de animais cansados e famintos, andavam sem rumo.
- d) Quando eu cheguei à escola, era uma hora e vinte; quando você chegou, eram três.
- e) Dez toneladas não seria demais para um caminhão tão velho?

Questão 14

Observe o texto a seguir:

“Fiquei sabendo que o Adalberto deu entrevistas dizendo que, por enquanto, não existia nada disso, e eu já disse que sequelas não existem. Divergências, não devia haver. Existem certas coisas que você não concorda, que discorda mais veementemente em um ambiente de trabalho. Como resolvemos? Pelo diálogo franco com a diretoria.”

(<https://veja.abril.com.br/esporte/a-prova-de-fofoca-leao-cita-covardia-e-avisa-nada-me-segura-aqui/>. Acesso em 31/07/19)

Com base na norma-padrão da Língua Portuguesa, está correto o que se afirma em:

- a) No trecho “e eu já disse que sequelas não existem”, há erro de concordância verbal, porque o verbo *existir* deve concordar com o pronome singular *eu*.
- b) No trecho “Fiquei sabendo que o Adalberto deu entrevistas”, *entrevista* devia estar no singular, para que pudesse concordar com a forma verbal *deu*.
- c) No trecho “Existem certas coisas que você não concorda” não há erro de regência verbal.
- d) A concordância da locução verbal *devia haver*, no trecho “Divergências, não devia haver” está correta, porque, neste trecho, o sentido do verbo *haver* não permite flexões.
- e) A concordância da locução verbal *devia haver*, no trecho “Divergências, não devia haver” está incorreta, porque, neste trecho, o sentido do verbo *haver* permite flexões.

Questão 15

Acerca das regras ortográficas vigentes na Língua Portuguesa, indique a alternativa em que todos os vocábulos estão grafados corretamente:

- a) Ela passava o dia todo na frente do xalé, embrulhada em seu xale.
- b) O resultado da ultra-sonografia, junto com os outros exames, mostrou que minha amiga era hipersensível à lã.
- c) Aquela criança parecia muito mal, porque estava pálida. O quadro anti-higiênico que ela apresentava parecia ser a principal causa daquele mau momento.
- d) Muitos prédios foram interditados devido à infraestrutura precária que apresentavam. E ainda por cima, vários deles apresentavam um superaquecimento nos apartamentos.
- e) A cerca de três meses, a diretoria discutiu a cerca dos problemas que pareciam mais graves para a empresa, mas nada foi dito acerca das possíveis demissões.

PROVA: FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Questão 16

Nas palavras da autora Odete Medauar (2014; pag.148): “A Administração deve zelar pela legalidade de seus atos e condutas e pela adequação dos mesmos ao interesse público. Se a Administração verificar que atos e medidas contêm ilegalidade, poderá anulá-los por si própria; se concluir no sentido da inoportunidade e inconveniência, poderá revogá-los”. No texto, a que Princípio administrativo a autora se refere?

- a) Princípio da Legalidade Administrativa.
- b) Princípio da Autotutela Administrativa.
- c) Princípio da Moralidade Administrativa.
- d) Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público.
- e) Princípio da Autoexecutoriedade.

Questão 17

Define-se **Licitação Pública** como o conjunto de procedimentos administrativos destinados à seleção da melhor proposta dentre as apresentadas por aqueles que desejam contratar com a administração. Regra geral, os serviços, as obras, as compras e locações da administração são, necessariamente, precedidas de licitação. Desta forma, o governo deve comprar e contratar serviços seguindo estritas regras previstas na Lei de Licitações e Contratos. Contudo, a Administração também cuidou de quebrar a rigidez do processo licitatório para casos especiais e assim, por permissão legal, efetuar a compra de materiais, bens e serviços ou mesmo a contratação de obras dispensando a licitação. Também criou situações de inexigibilidade quando houver impossibilidade jurídica de competição entre os diversos contratantes. Assinale abaixo a alternativa na qual não está contemplada uma hipótese de dispensa de licitação:

- a) Quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- b) Para as compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia.
- c) Para a aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca.
- d) Para a compra ou locação de imóvel, destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.
- e) Para a impressão dos diários oficiais, de formulários padronizados de uso da administração, e de edições técnicas oficiais, bem

como para prestação de serviços de informática à pessoa jurídica de direito público interno, por órgãos ou entidades que integrem a Administração Pública, criados para esse fim específico.

Questão 18

A doutrina aponta cinco espécies de atos administrativos: **atos normativos; atos ordinatórios; atos negociais; atos enunciativos e atos punitivos**. Assinale abaixo a única alternativa em que a definição corresponde à espécie de ato:

- a) Os atos **ordinatórios** são comandos gerais e abstratos proferidos pela Administração Pública que não têm autoridade para inovar o ordenamento. Através da autoridade que tem o poder de editá-los, têm como função explicar e especificar um comando já contido em lei. Citem-se como exemplos os decretos, as instruções normativas, os regimentos e resoluções.
- b) Os atos **normativos** são aqueles editados no exercício do poder hierárquico com o objetivo de disciplinar as relações internas da administração pública. São editados pela autoridade superior com diversos objetivos a exemplo de: ordenar a atuação dos agentes para determinado fim; determinar a instauração de processo disciplinar; formalizar a comunicação escrita e oficial entre órgãos públicos e entidades administrativas.
- c) Os atos administrativos **negociais** são aqueles editados a pedido do particular para que seja viabilizado o exercício de determinada atividade ou a utilização de um bem público. Nesses atos, a vontade da administração coincide com a pretensão do particular. A Administração analisa o requerimento e verifica se são cumpridas as exigências da lei ou da conveniência e oportunidade do ato discricionário, para então conceder ou não conceder o que lhe foi pedido.
- d) Os atos **punitivos** são aqueles que expressam opiniões ou que certificam fatos no âmbito da Administração Pública. São atos administrativos apenas no sentido formal. São meramente declaratórios, fugindo assim do conceito do próprio ato, a exemplo das certidões, atestados e também os pareceres.
- e) Os atos **enunciativos** são aqueles que restringem direitos ou interesses dos administrados que atuam em desconformidade com a ordem jurídica.

Questão 19

Em termos genéricos, o contrato é definido como uma relação jurídica bilateral formada pela expressão de vontade das partes, as quais se obrigam, de maneira recíproca, às prestações propostas no acordo. Em consequência, vedada será qualquer alteração ou extinção do acordo firmado de maneira unilateral. Na administração pública, encontramos diferenças nesta definição. Carvalho Filho (2010, p. 183) escreve que “o princípio da igualdade entre as partes, que importa

a regra da imutabilidade dos contratos, deve passo ao da desigualdade, ao predomínio da vontade da Administração sobre a do outro contratante". Sobre a possibilidade da Administração colocar-se em posição de supremacia, assinale a resposta incorreta:

- a) O direito da administração modificar unilateralmente o contrato administrativo decorre da indisponibilidade do interesse público. A característica de exorbitância presente na teoria dos contratos administrativos é também denominada de *mutabilidade* ou *ius variandi*.
- b) A administração pode se utilizar das cláusulas de exorbitância, modificando unilateralmente o contrato ainda que tal modificação venha a causar prejuízo ao particular, uma vez que o interesse público sempre prevalecerá sobre o privado.
- c) As cláusulas exorbitantes não representam aniquilamento dos interesses do contratante no objeto de sua pretensão contratual.
- d) As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.
- e) É vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado, contudo, os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro.

Questão 20

Para Hely Lopes Meirelles (2009, p.201), uma licitação pode ser REVOGADA. O Art. 49 da Lei 8.666/93 trata sobre o tema. Assinale abaixo a alternativa que não contenha uma afirmação verdadeira sobre a revogação:

- a) A autoridade competente para aprovar o procedimento licitatório somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.
- b) A autoridade competente para aprovar o procedimento licitatório deverá anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- c) Sendo a licitação uma iniciativa da Administração Pública em cujos atos prevalece o interesse público, declarado nulo o procedimento licitatório, não gerará para a contratante (administração), em qualquer caso, a obrigação de indenizar o possível contratado.
- d) A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

- e) Existindo o desfazimento do processo licitatório, restarão assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Questão 21

Determinada boate situada na cidade de Igarassu foi interditada pelo Corpo de Bombeiros, quando, em inspeção periódica, representando o poder público (atividade estatal), identificou não existirem as condições adequadas para a evacuação do local em caso de incêndio. Embora o proprietário do estabelecimento seja também o dono do imóvel e sobre ele exerça seus direitos, assinale a alternativa correta:

- a) O poder público agiu corretamente, utilizando-se do poder de polícia, limitando o exercício dos direitos individuais sob a justificativa de proteção ao interesse coletivo, beneficiando assim a coletividade.
- b) O poder público agiu incorretamente porque usou do poder discricionário na interdição do estabelecimento, ferindo, pela interdição, o exercício da cidadania do dono do estabelecimento.
- c) O poder público agiu corretamente, utilizando-se do poder disciplinar para coibir conduta do particular limitando o exercício dos direitos individuais em prol do interesse coletivo.
- d) O poder público, agiu corretamente, utilizando-se do poder hierárquico porque, justificado pela proteção ao interesse coletivo, a atividade estatal limitou o exercício dos direitos individuais, beneficiando a coletividade.
- e) O poder público agiu incorretamente, porque negou ao particular, dono do imóvel e cidadão, o exercício do contraditório e da ampla defesa.

Questão 22

"O controle da Administração Pública é o poder de fiscalização e correção que sobre ela exercem os órgãos dos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, com o objetivo de garantir a conformidade de sua atuação com os princípios que lhes são impostos pelo ordenamento jurídico" (DI PIETRO, 1998). O controle é o instrumento que pretende garantir a atividade da administração pautada nos princípios constitucionais da moralidade, legalidade, finalidade pública e o da eficiência. Sobre o tema, é incorreto afirmar:

- a) É o próprio Poder Executivo quem efetiva o Autocontrole ou controle interno.
- b) O controle externo é exercido pelo Poder Judiciário e pelo Poder Legislativo com a ajuda do Tribunal de Contas.
- c) O controle social é implementado pela sociedade civil. Ele se realiza por meio da participação nos processos de planejamento, monitoramento, acompanhamento e avaliação das ações realizadas pelo gestor público e também na execução das políticas e programas públicos.

- d) O controle de legalidade corresponde à verificação da compatibilidade formal do ato administrativo com a legislação infraconstitucional.
- e) No controle do mérito, ocorre a avaliação da conveniência e oportunidade relativas ao motivo e ao objeto que impulsionaram a edição do ato administrativo discricionário, cabendo ao Poder Judiciário apreciá-los, no exercício do controle judicial, não só quanto à legalidade como também ao mérito dos atos administrativos, opinando sobre a sua conveniência e oportunidade.

Questão 23

Serviço Público pode ser definido como a atividade prestacional exercida pelo poder público com o objetivo de propiciar diretamente, aos seus administrados, benefícios e bens, suprimindo assim as necessidades da população. Sobre o tema, julgue os itens a seguir:

- I. A prestação dos serviços públicos pode ser realizada por pessoa pública ou privada e deve obedecer a princípios específicos os quais garantem uma identidade própria ao instituto.
- II. Tradicionalmente, mencionam-se três princípios que norteiam a execução dos serviços públicos: princípio da continuidade – princípio da igualdade – princípio da mutabilidade. Com a evolução da noção de serviço público, outros princípios foram introduzidos, a exemplo do princípio da generalidade ou universalidade e princípio da modicidade.
- III. Os princípios dos serviços públicos, em verdade, norteiam todas as atividades administrativas, uma vez que objetivam atender ao interesse público, pressupondo assim uma atuação contínua e de acordo com os mesmos princípios;
- IV. Os serviços públicos da espécie *uti singuli* são aqueles prestados a usuários determinados, sendo possível mensurar a sua utilização por cada um deles.
- V. A prestação dos serviços públicos não pode se submeter aos preceitos contidos no CDC - Código de Defesa do Consumidor, uma vez que sempre são realizados em nome do interesse público.

Estão corretos apenas os itens:

- a) I, II, III, IV e V.
b) I, III e V.
c) II, IV e V.
d) I, II, III e IV.
e) I, II e V.

Questão 24

No entendimento de Hely Lopes Meirelles, “*Decretos, em sentido próprio e restrito, são atos administrativos da competência exclusiva dos chefes do Executivo,*

destinados a prover situações gerais ou individuais, abstratamente previstas de modo expresso, explícito ou implícito pela legislação”. Quando o Presidente da República cria um Decreto objetivando a fiel execução de determinada lei, estará exercendo o:

- a) Poder de Polícia.
b) Poder Regulamentar.
c) Poder Discricionário.
d) Poder Autoritário.
e) Poder Disciplinar.

Questão 25

Nos termos da Lei 8.666/93, “*considera-se contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada*”. Os contratos administrativos clássicos são os que têm como objeto obras, compras, serviços, alienações, concessões, permissões e locações (Art.2º da Lei). Sendo o órgão estatal uma das partes do vínculo contratual, não podem prevalecer os mesmos preceitos aplicáveis aos contratos firmados entre particulares.

Sobre o tema, qual das alternativas abaixo traz como conteúdo **a definição do instituto** da “*não invocação da exceção do contrato não cumprido – exception non adimpleti contractus*”, presente na relação contratual firmada com o poder público?

- a) É a imposição de sanções por atraso ou inexecução sem a necessidade de pronunciamento de qualquer outro poder ou órgão.
- b) É o encerramento da vigência do contrato, antes do prazo final estipulado, sem a anuência do contratado, uma vez que houve descumprimento de cláusulas ou por razões de interesse público.
- c) É impossibilidade do contratado invocar o descumprimento de causas contratuais pela administração, tentando eximir-se do cumprimento de seus encargos. Em virtude do interesse público, a execução de um contrato firmado com a administração não pode ser interrompido.
- d) É a possibilidade da Administração, objetivando melhor adequá-lo às finalidades do interesse público, modificar unilateralmente o contrato, sem consentimento do contratado, respeitando, contudo, seus direitos.
- e) É a responsabilização do contratado pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato. Sem que a responsabilidade do contratado seja reduzida ou excluída, a administração poderá acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado para que possam ser identificadas irregularidades e/ou defeitos.

PROVA: LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Questão 26

Constituem patrimônio público municipal, com cadastramento obrigatório, todos os bens móveis e imóveis, semovente, direitos e ações, sendo eles de **uso comum do povo**, de **uso especial** ou **bens dominicais**. Contudo, mediante concessão, permissão ou autorização, quando houver interesse público devidamente justificado tais bens públicos podem ser usados por terceiros. Essa utilização, entretanto, se submete a **revisões periódicas** para que se verifique o fiel cumprimento às regras contratuais acordadas, sob pena de revogação. Com qual periodicidade a Prefeitura Municipal revisará tais contratos?

- a) 5 anos.
- b) 1 ano.
- c) Apenas ao final de cada mandato municipal.
- d) 6 anos.
- e) 4 anos.

Questão 27

O poder legislativo do município é exercido pela Câmara Municipal, contudo, efetivamente, o poder municipal é exercido pelo povo, nos termos da Constituição Federal, Constituição Estadual e Lei Orgânica do Município. O exercício do poder pelo povo é exercido de forma indireta através de seus representantes eleitos e também, de forma direta, através de alguns instrumentos escolhidos pela legislação vigente. Assinale abaixo a única alternativa na qual todos os instrumentos mencionados são os escolhidos pelo Município de Igarassu através da Lei Orgânica do Município:

- a) Voto popular – Plebiscito – Sessões ordinárias semestrais.
- b) Plebiscito – Referendo – Iniciativa popular no processo legislativo.
- c) Referendo – Voto direto e secreto – Iniciativa popular no processo legislativo.
- d) Voto popular – Referendo – Plebiscito.
- e) Iniciativa popular no processo legislativo – Voto popular – Sessões ordinárias semestrais.

Questão 28

O processo Legislativo Municipal compreende a elaboração de emendas à Lei Orgânica, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, resoluções e decretos legislativos. A Lei Orgânica do Município determina a quem cabe a **iniciativa dos Projetos de Lei**. Assinale abaixo a alternativa na qual consta pessoa não autorizada a realizar tal iniciativa:

- a) Secretários Municipais.
- b) Comissão Permanente da Câmara Municipal.
- c) Qualquer Vereador.
- d) Prefeito.
- e) Eleitorado.

Questão 29

Controle de contas públicas é o nome que se dá para a necessidade óbvia de se saber se o dinheiro público está sendo corretamente empregado, já que seu verdadeiro dono é o povo e não o governante. Sobre o tema, assinale abaixo a alternativa incorreta em relação ao que o Município de Igarassu previu para operacionalizar esse controle:

- a) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do município e das unidades da Administração Direta, Indireta e Fundacional será exercida pela Câmara mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
- b) O controle externo será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.
- c) O Poder Legislativo manterá, de forma integrada com o Poder Executivo, sistema de controle interno com finalidades específicas, a exemplo de apoio o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- d) Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Prefeito e Secretário de Finanças, sob pena de responsabilidade solidária.
- e) O Prefeito prestará contas anuais da administração financeira geral do Município à Câmara em prazo estabelecido pela Lei Orgânica do Município.

Questão 30

Nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Igarassu, a Câmara poderá realizar “Tribuna Popular”, espaço democrático a ser utilizado por entidades representativas de setores sociais ou munícipes que assim desejarem. Nas alternativas abaixo, estão elencadas as entidades consideradas como representativas de setores sociais, com exceção da descrita na alternativa:

- a) Entidades estudantis, científicas e culturais.
- b) Entidades de defesa dos direitos humanos e da cidadania.
- c) Imprensa local para fins midiáticos.
- d) Sindicatos e associações profissionais e as entidades assistenciais de cunho filantrópico.
- e) Associações de moradores e suas federações.

PROVA: ANALISTA LEGISLATIVO

Questão 31

A Administração Pública trabalha para o atendimento das finalidades públicas previstas em lei e pauta a realização de seus atos, considerando a supremacia do interesse público sobre o particular. Utiliza-se dos Poderes Administrativos como instrumentos de trabalho imprescindíveis para realizar as suas funções. Considerando a classificação dos Poderes da Administração, considere as alternativas abaixo e responda:

- I. Determinado Chefe de um dos Poderes Executivos para que determinada lei pudesse ser fielmente executada necessita expedir decretos e regulamentos. A possibilidade de expedir decretos e regulamentos para a fiel execução de uma lei é prerrogativa do _____.
- II. Um superior hierárquico da Administração Pública aplicou a penalidade de suspensão a determinado servidor público, em virtude de faltas cometidas no exercício de suas funções. A punição aplicada pelo gestor, embora o infrator fosse seu amigo, não podia deixar de ser aplicada pelo gestor por tratar-se de um poder-dever, e a inércia em agir incorrerá em crime contra Administração Pública, previsto no Código Penal. Neste exemplo, o gestor agiu, exercendo o _____.
- III. João, funcionário de carreira prestes a aposentar-se, temeroso quanto às novas regras previdenciárias, resolve solicitar à Administração Pública, na qual é servidor, a antecipação de sua aposentadoria, sob a alegação de que, por faltarem poucos meses para seu direito concretizar-se, aguardar as novas regras poderá prejudicá-lo. Recebe uma negativa da Administração fundamentada na lei pertinente ao tema que não lhe permite qualquer margem de liberdade, mas sim detalha a forma, requisitos, prazos e elementos relacionados ao pedido formulado. A administração agiu desta forma em virtude do: _____.
- IV. O prefeito do município X, como primeiro ato de sua gestão, distribuiu e escalonou as funções de seus órgãos, ordenando e revendo a atuação de seus agentes em seu quadro de pessoal. As possíveis ordens, fiscalização e delegação a serem tomadas são consequência das prerrogativas inerentes ao _____.
- V. O Chefe de um dos departamentos do governo estadual decidiu exonerar um dos ocupantes de um cargo em comissão. Sua decisão, embora questionada pelos seus subordinados é perfeitamente possível e não foi arbitrária, uma vez que, nos limites permitidos em lei, analisou a conveniência, oportunidade e conteúdo e praticou o ato administrativo. Fez uso, portanto, das prerrogativas oferecidas pelo _____.

A sequência CORRETA que completa as lacunas é:

- a) Poder Discricionário - Poder Disciplinar - Poder Hierárquico - Poder Regulamentar e Poder Vinculado.
- b) Poder Regulamentar - Poder Disciplinar - Poder Vinculado - Poder Hierárquico - Poder Discricionário.
- c) Poder Regulamentar - Poder Disciplinar - Poder Hierárquico - Poder Vinculado - Poder Discricionário.
- d) Poder Disciplinar - Poder Regulamentar - Poder Vinculado - Poder Discricionário e Poder Hierárquico.
- e) Poder Vinculado - Poder Discricionário - Poder Hierárquico - Poder Regulamentar e Poder Disciplinar.

Questão 32

Convidado para exercer cargo em comissão, Magno iniciou, na administração pública estadual, e ali esteve atuando durante três anos. Já haviam decorridos mais de cinco anos após o seu afastamento do cargo comissionado, quando foram identificados atos de improbidade de sua autoria que causaram lesão ao patrimônio público. Instaurada investigação, destinada a apurar a prática do ato de improbidade, foram colhidas todas as informações sobre o fato, identificadas as provas pertinentes e confirmada a sua autoria, apontando Magno como o infrator. Concluído o processo, a comissão representou à procuradoria do órgão para que agisse, promovendo as ações destinadas a levar a efeitos as sanções legais previstas. Considerando o caso hipotético e tomando como base a legislação atual sobre a improbidade administrativa, o procedimento adotado foi:

- a) Incorreto porque Magno não era mais servidor público. Caso ele estivesse exercendo outro cargo, ainda que, em outra esfera, as ações destinadas a levar a efeitos as sanções legais previstas para os atos de improbidade poderiam ser propostas.
- b) Incorreto porque, por ter Magno exercido cargo em comissão, as ações destinadas a levar a efeitos as sanções legais previstas teriam que ser propostas até cinco anos após o término do exercício do cargo.
- c) Correto porque os cargos em comissão, por serem de confiança, os seus infratores podem sofrer as sanções cabíveis independentemente da data em que os atos de improbidade foram identificados e apurados.
- d) Incorreto porque um cargo em comissão é uma exceção à regra de acesso aos cargos públicos. Por ser um cargo ocupado temporariamente por uma pessoa que não faz parte do quadro de funcionários da Administração Pública, as ações destinadas a levar a efeitos as sanções legais

previstas para os atos de improbidade só poderiam ser propostas durante o exercício do cargo.

- e) Correto porque os atos de improbidade causaram lesão ao patrimônio público e o cargo comissionado, embora não efetivo, possui um conteúdo de confiança que extrapola os limites administrativos, permitindo que as ações destinadas a levar a efeitos as sanções legais previstas possam ser propostas para cobrar o ato de improbidade administrativa.

Questão 33

Confirmados os atos de improbidade administrativa, estará o responsável sujeito a consequências que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato. Identifique a única alternativa que, de acordo com a legislação vigente sobre a improbidade administrativa, NÃO se identificam consequências que podem ser ao infrator imputadas:

- a) Sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica.
- b) Perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública.
- c) Suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público.
- d) Receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.
- e) Perda dos direitos políticos; pena de inabilitação permanente para o exercício de cargos de administração; pagamento de multa indenizatória a título de ressarcimento em valor correspondente a cem vezes o valor do dano apurado.

Questão 34

O **processo legislativo** pode ser entendido como o conjunto de atos que, praticados pelos órgãos competentes de forma preordenada, cria normas do Direito. Segundo o Art. 59 da CF, “o *processo legislativo compreende a elaboração de: emendas à Constituição; leis complementares; leis ordinárias; leis delegadas; medidas provisórias; decretos legislativos; e resoluções*”. Sobre a comparação entre as Leis ordinárias e complementares, NÃO podemos afirmar:

- a) Leis ordinárias são classificadas como leis comuns, ou seja, são normas jurídicas que trazem regras mais gerais e abstratas, podendo abordar matérias que não sejam específicas de Lei Complementar, desde que não necessitem de outro ato normativo. Em outras palavras, o seu campo material de atuação é alcançado por

exclusão. Se não for exigida a elaboração de lei complementar para determinado assunto, então a lei ordinária será competente para sobre ele legislar.

- b) As Leis complementares, como seu nome sugere, complementam, reforçam matéria constitucional. Pela magnitude de uma Lei complementar, caso o processo legislativo que lhe deu origem, embora regular, traga alguma inexistência formal, terá como consequência a não obrigatoriedade de seu cumprimento, ou seja, não haverá punição para o descumprimento fundamentado na inexistência formal.
- c) Leis complementares e Leis ordinárias possuem processos similares. Com relação à propositura, por exemplo, ambas podem ser propostas por qualquer membro ou comissão do Congresso Nacional; pelo Presidente da República; pelo Supremo Tribunal Federal (STF); pelos Tribunais Superiores; pelo Procurador-Geral da República; e pelos cidadãos.
- d) Como espécies normativas que são, tanto a lei complementar quanto a lei ordinária têm seus contornos delineados na Constituição, porém, com campos de atuações diversos. Para alguns temas específicos, o constituinte originário, por entendê-los de maior relevância, exigiu uma aprovação mais significativa e, portanto, determinou que fossem cuidados por lei complementar que possui quórum de votação diferenciado.
- e) O Projeto de Lei (PLO) nascido do Congresso é remetido à comissão técnica competente da casa originária (Câmara ou Senado). Caso o entendimento da comissão seja de que o PLO é útil à sociedade e cumpre os requisitos de legalidade e constitucionalidade, o enviará para votação em plenário. A aprovação de uma Lei ordinária depende de maioria simples; diferentemente, os projetos de lei complementar, a aprovação se dará por votação da maioria absoluta.

Questão 35

A palavra **competência** significa aptidão, alçada ou atribuição para cumprir determinada tarefa ou função. No **âmbito jurídico**, é a Constituição Federal que expressa a responsabilidade, legitimidade e limitação para determinado ente federado exercer suas funções. Na Constituição Federal são identificados diferentes tipos de competências. Sobre o tema, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A competência concorrente é utilizada para que sejam estabelecidas NORMAS GERAIS as quais serão instituídas tanto por lei complementar, quanto por lei ordinária sobre determinado tema. No âmbito da legislação concorrente, existe a possibilidade de uma ou mais entidades federativas deliberarem a respeito da mesma matéria, embora a primazia seja da união.

- b) Apenas a União possui a competência privativa de natureza legislativa sobre questões enumeradas na CF. A marca da competência privativa legislativa da União é a delegabilidade aos Estados e ao DF. Porém, é possível que os Estados e o DF venham a legislar sobre questões específicas das matérias de sua competência privativa, desde que a competência seja delegada através de lei complementar.
- c) Ao atribuir competência exclusiva para determinado ente federado, a Constituição Federal determina que esta competência seja indelegável e irrenunciável e que somente por aquele ente federado possa ser exercida. Tal tipo de competência foi atribuída somente à União para tratar de questões legislativas, administrativas e políticas.
- d) No caso de ocorrer a delegação da competência privativa legislativa, deverá a União atribuí-la a todos os demais entes federados indistintamente, sob pena de infração e de ofensa ao equilíbrio federativo
- e) A competência concorrente foi dada pela CF à União e deverá ser por ela exercida. Porém, havendo omissão em seu exercício, ou seja, a União for omissa na criação de padrões e diretrizes gerais a respeito de determinado assunto através de leis federais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

Questão 36

Sobre o PROCESSO LEGISLATIVO brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A deliberação parlamentar consiste na ampla discussão e votação sobre a matéria do projeto de lei apresentado, que pode ser aprovado ou rejeitado pelo Poder Legislativo.
- b) Na Câmara dos Deputados, o número de representantes dos estados e do Distrito Federal é proporcional à população dessas localidades, observados o mínimo de oito e o máximo de setenta deputados federais por unidade da federação. Com relação aos territórios federais, o número de representantes eleitos é invariável, independe do número de habitantes, equivalendo a quatro deputados federais.
- c) No sistema bicameral brasileiro, tendo iniciado projeto de lei ordinária no Senado Federal, remetido à Câmara dos Deputados e sofrido emendas, retornando à Casa iniciadora poderá o projeto: sofrer rejeição total das emendas e ser remetido para sanção presidencial.
- d) As Leis Delegadas serão aprovadas pelo voto favorável da maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa, em dois turnos de votação, observados os demais termos da votação das Leis Ordinárias.

- e) No processo legislativo ordinário, sempre haverá Casa iniciadora e Casa Revisadora, ou seja, quando a Câmara dos Deputados for a Casa iniciadora, o Senado será a revisora e vice-versa. Contudo, sendo o projeto de iniciativa do Presidente da República, do STF, dos Tribunais Superiores e de iniciativa popular, este projeto sempre terá início na Câmara dos Deputados.

Questão 37

O Brasil para o desempenho de suas funções estatais possui poderes políticos e poderes administrativos. Os primeiros são exercidos pelo Legislativo, Executivo e Judiciário; os poderes administrativos, por sua vez, são os praticados pela Administração Pública através de atos que sejam do interesse da coletividade e também compatíveis com as exigências do serviço público, partindo do pressuposto basilar para um gestor público de que o interesse público deve se sobrepor ao interesse particular.

Considere o seguinte caso hipotético: Determinada pizzeria é interditada pelo poder público em virtude da falta de higiene na produção de suas pizzas. A ação praticada pelo poder público está fundamentada no exercício do Poder:

- a) Discricionário.
b) Disciplinar.
c) Hierárquico.
d) de Polícia.
e) Judiciário.

Questão 38

As principais funções das normas jurídicas estão na capacidade de inovação na ordem jurídica e no plano social. Em um Estado de Direito, cumprem a honrada tarefa de concretizar o conteúdo contemplado na Constituição. Para a construção de uma norma jurídica, exige-se uma técnica legislativa correspondente. Considere as afirmativas abaixo relativas à técnica legislativa e assinale a alternativa que responde à questão:

- I. As características relacionadas à clareza, precisão e obediência a uma ordem lógica devem estar presentes na redação das disposições normativas. Para que se obtenha “clareza”, deve-se evitar o emprego de expressão ou palavra que confira duplo sentido ao texto.
- II. Sobre o processo legislativo, a CF traz no Parágrafo único do art.59 que “*Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis*”. A Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 foi criada para esse fim, conforme determinado pelo mandamento constitucional. É na referida lei que são encontradas as diretrizes sobre os

procedimentos de elaboração, alteração e consolidação das leis.

- III. Relaciona-se à característica da “*precisão*” grafar por extenso quaisquer referências a números e percentuais, exceto data, número de lei e nos casos em que houver prejuízo para a compreensão do texto.
- IV. A vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula “entra em vigor na data de sua publicação” para as leis de pequena repercussão.
- V. Estrutura-se a lei em três partes básicas: preliminar, normativa e final. A parte normativa, compreende a epígrafe, a ementa, o preâmbulo, o enunciado do objeto e a indicação do âmbito de aplicação das disposições normativas.

Estão corretos apenas os itens:

- a) I, II, III e IV
b) I, II, III, IV e V
c) II, III e V
d) I, II, IV e V
e) II, III e IV

Questão 39

Licitação Pública é o conjunto de procedimentos administrativos com vistas a selecionar a melhor proposta dentre as apresentadas por aqueles que desejam contratar com a administração. Regra geral, orientadas por edital prévio, as empresas, interessadas na apresentação de propostas, participam do processo que poderá ocorrer sob diversas modalidades. Assinale abaixo qual a alternativa que apresenta a modalidades de licitação e sua correta definição.

- a) **Tomada de Preços** – é uma modalidade licitatória, utilizada pelo governo brasileiro para realizar as contratações públicas, independentemente do valor estimado. Tem sido a modalidade mais utilizada em virtude da transparência, celeridade, acessibilidade e rapidez na conclusão do processo licitatório, além de trazer uma significativa redução de custos, uma vez que tornou efetivamente mais eficiente e barato o processo licitatório, por permitir a simplificação de muitas das etapas burocráticas que tornavam morosa a contratação com a administração pública. Ocorre como um leilão ao contrário, no qual vencerá o fornecedor que oferecer o menor preço pela mercadoria ou serviço.
- b) **Concurso** - trata-se do mais simples de todos os demais instrumentos contratuais de uma licitação. Ela é utilizada para compras pequenas entre interessados do ramo pertinente ao objeto

licitado, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pelo órgão licitante, que fixará, em local público, cópia do instrumento convocatório. Nessa modalidade, a comissão de licitação é dispensável, e o servidor designado poderá ser competente para dirigir as fases licitatórias. Embora se trata de uma modalidade licitatória menos burocrática e dispendiosa, é preciso cautela em sua operacionalização, pois, se mal administrada, poderá se converter em uma ameaça aos princípios da isonomia e impessoalidade, podendo trazer transtornos judiciais à administração.

- c) **Pregão Eletrônico** - uma das características desta modalidade é a restrição para a participação no certame, pois se exige que os licitantes sejam previamente inscritos em cadastro administrativo, organizado, por ramos de atividades empresariais e potencialidades dos eventuais proponentes. Para essa modalidade de licitação, existem valores mínimos e máximos a serem observados para Obras e serviços de Engenharia. Tem, como instrumento licitatório, o edital que deverá ser divulgado na imprensa de grande circulação. A licitação se processa com a entrega dos documentos de credenciamento e envelopes de habilitação e a respectiva proposta.
- d) **Concorrência Pública** – Trata-se de uma modalidade de licitação para contratos de grande vulto, que se realiza com ampla competição. Tem como principais características a “ampla publicidade”, retratada pela necessidade de publicação do aviso da licitação, e a “universalidade”, caracterizada pela existência de uma fase inicial no procedimento licitatório denominada habilitação, na qual é permitida a participação de qualquer licitante interessado na aquisição de qualquer tipo de produto ou na realização de obras e serviços, desde que demonstrem o preenchimento dos requisitos qualificadoros, não havendo necessidade de cadastro prévio dos concorrentes. Em alguns casos previstos em lei, a utilização dessa modalidade será obrigatória, independentemente do valor do contrato.
- e) **Carta-Convite** - É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico. Deve ser anunciado com ampla divulgação pela imprensa oficial e particular, através de edital, publicado com uma antecedência mínima legal de 45 dias para a realização do evento. Para o trabalho a ser escolhido, haverá a instituição de prêmio ou remuneração a título de incentivo e não de pagamento aos serviços prestados. Em contrapartida, o autor do projeto se obriga a ceder os direitos relativos ao seu trabalho à Administração, que poderá utilizá-lo para o fim previsto no Edital de licitação. Nesta modalidade,

não existe a fase competitiva de disputa por preço, pois o valor a ser pago pela Administração já está definido previamente no ato convocatório.

Questão 40

No dizer de Alexandre Mazza (2019): “*Contratos administrativos são aqueles celebrados entre o Estado e particulares, sob os princípios e regras do Direito Administrativo. Os contratos administrativos têm características singulares que conferem, ao Poder Público, a possibilidade de alterar, em favor do interesse público, e dentro de certos limites, os termos do contrato*”. As **cláusulas exorbitantes** estão previstas no art. 58 da Lei 8.666/93 e são regras especiais que conferem, à Administração, prerrogativas na relação contratual, com embasamento na superioridade de seus interesses. Sobre o tema, assinale a alternativa que não contém uma dessas regras:

- a) Rescisão unilateral do contrato ou sua modificação para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado.
- b) Aplicação de sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.
- c) Fiscalização da execução do contrato.
- d) Fixação da duração do contrato além da vigência dos respectivos créditos orçamentários, nos limites fixados em lei.
- e) Ocupação provisória de bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, quando o ajuste visa à prestação de serviços essenciais.

Questão 41

O artigo 37 da Constituição Federal enumera cinco princípios aplicáveis à Administração Pública direta e indireta e que formam uma base dentro do Direito Administrativo: “*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência*”.

Em relação aos princípios constitucionais da administração pública mencionados, analise os itens abaixo:

- I. Autoridade pública que emite ato administrativo, desapropriando o imóvel de inimigo com o objetivo de prejudicá-lo, fere o princípio da moralidade.
- II. Autoridade pública que pratica ato administrativo não autorizado por lei sob a alegação de urgência e necessidade viola o princípio da legalidade.
- III. Autoridade pública que não exonera servidor, mesmo após reiteradas avaliações com rendimento insatisfatório viola o princípio da eficiência.

- IV. Autoridade pública que contrata seus filhos para serem agentes públicos durante a sua gestão ou que, visando beneficiar imóvel de sua propriedade resolve priorizar a pavimentação e saneamento da rua em que o imóvel está localizado, viola o princípio da impessoalidade.
- V. Autoridade pública que deixa de publicar ato administrativo para que não ocorram posicionamentos críticos por parte de seus administrados a respeito das medidas tomadas, viola o princípio da publicidade.

Estão corretos os itens:

- a) I, II, e V.
- b) I, II, III, IV e V.
- c) II, III e IV.
- d) III, IV e V.
- e) III e V.

Questão 42

A Câmara Municipal de Igarassu, objetivando dinamizar as ações voltadas para a expedição de certidões e alvarás, resolve criar setor específico para tal fim. O novo departamento, embora hierarquicamente subordinado à secretaria anterior, qualificaria a prestação do serviço público na expedição dos referidos documentos, trazendo celeridade e individualização. Para isso, promove treinamento específico para a capacitação dos servidores lotados no novo departamento. A criação hipotética do referido departamento é considerada como:

- a) descentralização administrativa.
- b) medida emergencial interna.
- c) desconcentração administrativa.
- d) concentração administrativa.
- e) centralização administrativa.

Questão 43

No processo legislativo ordinário (PLO), a sanção pode ser definida como a aquiescência do Chefe do Executivo ao projeto de lei. O veto, por outro lado, pode ser definido como a discordância do Chefe do Executivo ao projeto de lei já aprovado pelo legislativo, que entenda não ser de interesse público ou seja inconstitucional. Sobre o tema, julgue os itens a seguir:

- I. A sanção será sempre um ato constitutivo que transforma o projeto de lei ordinária em lei. Porém, havendo veto, o projeto de lei volta ao poder legislativo, que poderá rejeitá-lo através da votação por maioria absoluta, ou aprovado, caso a maioria absoluta não seja alcançada.
- II. Tanto o veto quanto à sanção podem ocorrer de forma total ou parcial. O veto parcial tem que ser sempre de texto integral de artigo, parágrafo, inciso

ou alínea, pois, não existe a possibilidade de serem vetadas apenas palavras ou expressões do projeto de lei.

- III. Tanto o veto quanto à sanção podem ser expressos ou tácitos.
- IV. Quando ocorrer o veto parcial, a parte do projeto que não tiver sido vetada será promulgada e publicada de imediato, sem a necessidade de análise pelo Poder Legislativo.

Estão corretos os itens:

- a) I, II e IV.
- b) I, II, III e IV.
- c) II e IV.
- d) I e IV.
- e) II e III.

Questão 44

O ato administrativo é a manifestação unilateral de vontade da Administração Pública. A Administração, buscando a efetivação do interesse público e respaldada na juridicidade que lhe deve ser inerente, tem a prerrogativa de impor condutas positivas e/ou negativas aos particulares, independentemente de sua concordância, uma vez que submetidos a um regime jurídico de direito público. Qual(is) atributo(s) do ato administrativo está descrito no texto?

- a) Imposição.
- b) Tipicidade.
- c) Autoexecutoriedade.
- d) Imperatividade.
- e) Presunção de Legitimidade e de veracidade.

Questão 45

Os órgãos públicos são repartições internas do Estado necessárias à sua organização. Sua criação se justifica pela necessidade de especialização das funções administrativas com o objetivo de tornar a atuação estatal mais eficiente. Assinale abaixo a alternativa que não contém uma das características dos órgãos públicos:

- a) São criados a partir da desconcentração administrativa e existem na Administração Direta e Indireta.
- b) São ligados por uma relação de subordinação em razão da ligação necessária entre a desconcentração e a hierarquia.
- c) Regra geral, a criação e extinção dos órgãos públicos depende de lei, contudo, excepcionalmente poderá ser instrumentalizada por ato administrativo, a exemplo da instituição de órgão no Poder Legislativo.
- d) Via de regra, não possui capacidade processual para demandar ou ser demandado em juízo e as ações serão direcionadas à pessoa jurídica da qual aquele órgão é parte integrante.

- e) Os agentes públicos que compõem os órgãos públicos manifestam a vontade do próprio Estado, portanto, a principal característica dos órgãos públicos é possuírem personalidade jurídica própria.

Questão 46

O âmbito da incidência do Poder de Polícia mostra-se bem amplo. Associadas ao Poder de Polícia estão a **licença** e a **autorização**. Sobre o tema, julgue os itens a seguir:

- I. A licença é o ato administrativo discricionário através do qual o poder público concede a realização do exercício de determinadas atividades.
- II. A autorização é um ato administrativo, vinculado que permite o exercício de determinada atividade pelo particular ou o uso privativo de bem público.
- III. A autorização e a licença são classificadas como atos administrativos negociais ou de consentimento.
- IV. Geralmente, os atos administrativos de consentimento ou negocial são formalizados por decreto ou portaria expedidos pelo poder público.
- V. A vontade do administrador não tem o condão de colocar obstáculos à concessão de licença. A administração reconhece o direito subjetivo do particular para o exercício de determinada atividade, como por exemplo, para dirigir, habilitando-o para seu exercício.

Estão corretos apenas os itens:

- a) I, II e IV.
- b) III e IV.
- c) III e V.
- d) Todos os itens.
- e) IV e V.

Questão 47

No âmbito do Estado Democrático de Direito, a Administração Pública encontra-se limitada pelo ordenamento jurídico. Em consequência, sua atuação está submetida a diversas espécies de controle que será exercido pela própria administração ou por órgãos externos. Assinale abaixo a alternativa que traz a definição do CONTROLE DE LEGALIDADE:

- a) Diz respeito à verificação, da compatibilidade formal do ato administrativo com a legislação infraconstitucional.
- b) Refere-se à avaliação da conveniência e oportunidade relativas ao motivo e objeto do ato que ensejaram o ato administrativo discricionário.
- c) Trata da prerrogativa de legislar, processar e julgar os crimes de responsabilidade cometidos pelos agentes públicos.

- d) Diz respeito à operacionalização dos atos administrativos voltados para a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública Direta e Indireta.
- e) Refere-se ao estabelecimento e aplicação de sanções pela concessão irregular de aposentadorias, reformas e pensões; irregularidades nas nomeações de cargos comissionados e ainda fraude a licitações.

Questão 48

Nos termos do Art.37 da Constituição Federal, a Administração Pública *“obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”*. Em obediência a essa determinação, a elaboração dos atos e das comunicações oficiais também a ela deve se subsumir. Segundo o Manual de Redação da Presidência da República, sobre a Exposição de Motivos e suas particularidades, julgue, os itens a seguir:

- I. A Exposição de motivos é o expediente dirigido ao Presidente da República ou ao Vice-Presidente para determinados fins.
- II. Uma das finalidades de uma Exposição de Motivos dirigida ao Presidente ou seu vice é a de submeter à consideração desta autoridade algum projeto de ato normativo.
- III. Geralmente, é um Ministro de Estado quem dirige a Exposição de Motivos ao Presidente, contudo, quando o assunto em pauta envolve mais de um ministério, todos os ministros envolvidos assinarão o documento e o documento será chamado de Exposição de Motivos Interministerial.
- IV. Quando um ministro deseja informar ao presidente ou ao vice-presidente de determinado assunto, o veículo apropriado é a Exposição de motivos.
- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas o item II está correto.
- c) Todos os itens estão corretos.
- d) Apenas I e II estão corretos.
- e) Apenas II e III estão corretos.

Questão 49

O uso do e-mail, embora, na atualidade, venha sendo substituído por outros meios de comunicação modernos na transmissão de documentos, ainda goza de grande popularidade não só no ambiente empresarial como na administração pública, em virtude do seu baixo custo, rapidez e possibilidade de anexar os mais diversos formatos de documentos, planilhas e imagens. Na correspondência oficial, entretanto, para que a mensagem de correio eletrônico tenha **valor documental** e possa ser aceito como documento original, exige-se:

- a) a **certificação digital** para atestar a identidade do remetente.
- b) a impressão do **brasão estatal**, no início do texto, ratificando o remetente e seu caráter público;
- c) a identificação do remetente através da **matrícula funcional** do servidor.
- d) a correta padronização da mensagem – **modelo padrão ofício** - nos termos trazidos no manual de redação oficial.
- e) a exibição do número do **rastreamento oficial**, próprio das comunicações oficiais, em virtude da segurança e sigilo público.

Questão 50

A respeito da responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, assinale a resposta INCORRETA:

- a) A responsabilização objetiva administrativa e civil aplica-se às sociedades empresárias e às sociedades simples, personificadas ou não, independentemente da forma de organização ou modelo societário adotado, bem como a quaisquer fundações, associações de entidades ou pessoas, ou sociedades estrangeiras, que tenham sede, filial ou representação no território brasileiro, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente.
- b) A instauração e o julgamento de processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica não poderá ser delegada nem subdelegada.
- c) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.
- d) A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou participe do ato ilícito.
- e) Os dirigentes ou administradores somente serão responsabilizados por atos ilícitos na medida da sua culpabilidade.